A ANCESTRALIDADE E A MEMÓRIA NO ROMANCE “O CRIME DO CAIS DO CAIS DO VALONGO”, DE ELIANA ALVES CRUZ: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA

Nádia Nara da Silva [1]

RESUMO

O artigo analisa a obra “O Crime do Cais do Valongo” (2018), de Eliana Alves Cruz, como instrumento de ressignificação da memória coletiva e tentativa de reparação histórica dos efeitos da escravidão no Brasil. Ambientado no Rio de Janeiro escravocrata, o romance destaca o Cais do Valongo como espaço de memórias transatlânticas e resistência cultural afro-brasileira. A análise baseia-se em perspectivas historiográficas e memorialísticas (Pollak, 1992; Nora, 1993; Le Goff, 2013), enfatizando a construção narrativa de Muana Lomué, personagem que articula temporalidades e denuncia as opressões da época. Além disso, o texto parte da reflexão sobre o processo de patrimonialização do Cais, questionando suas motivações políticas, bem como o apagamento da cultura afro-brasileira como parte do monumento memorial da cultura nacional e aciona o cais como um lugar de memória. Cruz combina ficção e história, expondo a fragmentação da memória nacional e subvertendo a narrativa oficial da branquitude. Conclui-se que a obra reforça a relevância da literatura na valorização das vozes silenciadas, promovendo uma releitura crítica do passado escravocrata brasileiro.

Palavras-chave: memória coletiva, Cais do Valongo, Muana; história, escravidão.

ABSTRACT

This article examines *O Crime do Cais do Valongo* (2018), by Eliana Alves Cruz, as a tool for re-signifying collective memory and attempting historical reparation for the effects of slavery in Brazil. Set in slaveholding Rio de Janeiro, the novel highlights the Valongo Wharf as a site of transatlantic memory and Afro-Brazilian cultural resistance. The analysis draws on historiographic and memory studies perspectives (Pollak, 1992; Nora, 1993; Le Goff, 2013), with emphasis on the narrative construction of Muana Lomué, a character who interweaves temporalities and exposes the oppressions of the period. The text also reflects on the process of turning the Wharf into heritage, questioning its political motivations and the erasure of Afro-Brazilian culture as part of the national memorial narrative, activating the wharf as a site of memory. Cruz blends fiction and history to expose the fragmentation of national memory and subvert the official narrative of whiteness. The study concludes that the novel reinforces the importance of literature in amplifying silenced voices and promoting a critical re-reading of Brazil’s slaveholding past.

Keywords: collective memory; Valongo Wharf; Muana; history; slavery.

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Brasil tende a ser uma narrativa unilateral, onde a voz dos vencedores ecoa e silencia os principais personagens. Diante disso e dos muitos eufemismos usados para minimizar seus efeitos, é imprescindível que a literatura traga à tona as vozes e memórias emudecidas desse período. Esse empenho é perceptível na obra “O crime do cais do

[1] Pós-Graduanda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), nadianarasilva@gmail.com.

Valongo" (2018), de Eliana Alves Cruz, onde a subjetividade da memória e a objetividade histórica do passado se conectam. A relação entre história e memória, apesar de complexa, nos mostra que a história, principalmente a paradigmática e aceita como oficial, pode impactar as memórias coletivas (Nora, 1993).

O romance histórico, ambientado no Rio de Janeiro escravocrata, reflete a sociedade da época e mostra como as relações sociais eram pautadas pela agenda da escravidão (Cruz, 2018). Partindo desse pressuposto, observa-se o papel desempenhado pelo cais do Valongo, não apenas como um espaço sensível, mas também como um espaço abstraído — um terreno por onde transitam memórias.

O Cais do Valongo foi declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 9 de julho de 2017 (Carneiro, Pinheiro, 2022). Essa declaração, mais do que um reconhecimento, constitui uma constatação de que o Cais, além de ponto de entrada de africanos escravizados, era também um local de trânsito de vivências e lembranças motivadas pela diáspora compulsória.

Esse feito não teria sido alcançado sem o movimento de revitalização da zona portuária, iniciado em 2011. Durante as obras do Projeto Porto Maravilha, em 2009, o desenterramento revelou um pedaço da história do Rio de Janeiro há muito apagado. Todavia, o processo que culminou no tombamento do cais resultou de intensas campanhas promovidas por movimentos engajados na valorização da cultura afro-brasileira (Carneiro, Pinheiro, 2022).

Mais do que promover a conservação de um local histórico, esses movimentos encorajaram a valorização do Cais como lugar de memória, um marco da diáspora africana (Carneiro, Pinheiro, 2022). Elevar o Cais do Valongo à categoria de Patrimônio Histórico da Humanidade é uma tentativa de preservar a memória e, consequentemente, reforçar a identidade nacional conectada às raízes africanas que nos foram plantadas.

Entretanto, é relevante pontuar que a patrimonialização do Cais do Valongo não partiu de um anseio genuíno de resgatar a memória nacional. Pelo contrário, teve como ponto de partida a apropriação de uma pauta relevante — a valorização da diversidade e do multiculturalismo — em prol de interesses políticos questionáveis. Questionáveis no sentido de que o "desenterramento" do cais serviu de plataforma política e, ao longo do processo, as lideranças dos movimentos negros, que há muito percebiam o potencial memorialístico do cais, foram praticamente silenciadas (Vassalo; Cicalo, 2015).

Tal fato reflete a persistente negligência em reconhecer o passado escravocrata do Brasil, o que contribui diretamente para uma identidade nacional fragmentada e desconectada da realidade. Essa desconexão nos faz perpetuar a utopia da democracia racial (Trouillot, 1995, p. 18). Em tese, o desenterramento do cais deveria propor um questionamento à memória institucionalizada — aceita como coletiva e construída com base na história branca dos fatos (Vassalo; Cicalo, 2015). No entanto, mesmo com toda a campanha engendrada, não se pode garantir que essa história seja recontada de forma definitiva e que a memória se torne imperecível (Fabre, 2009).

Tornar o Cais do Valongo um monumento à diáspora africana é reconhecer que a memória é um constructo social (Pollak, 1992). A chegada de africanos escravizados, o comércio de seres humanos e a morte de muitos após a chegada dos navios contribuíram, dolorosamente, para a formação da sociedade carioca da época, ao mesmo tempo em que explicam o enraizamento do racismo na construção da identidade brasileira. Assim, o Cais do Valongo se configura como um marco histórico, pois carrega em si a importância de um acontecimento relevante na história nacional. Além disso, é um marco memorial, na medida em que se torna um espaço ativo para a construção da memória coletiva. Essas atribuições, por sua vez, mudam de acordo com a perspectiva histórica que lhe é empregada ao longo do tempo (Nora, 1993).

Eliana Alves Cruz encarrega-se de retirar dos escombros da história — resquícios que só vieram a ser redescobertos no final dos anos 1990 — a névoa de esquecimento que pairava sobre o local onde milhares de africanos escravizados desembarcaram para serem comercializados ou enterrados. Antes da adoção do Valongo como porto de desembarque, o cais se localizava onde hoje é a Praça XV. Porém, com a crescente urbanização, tornou-se necessário afastar o cais do senso de urbanidade e da sensibilidade da branquitude. No entanto, o Valongo permanecia insalubre e repugnante, mesmo com seus armazéns e o trânsito de transeuntes (Moreira, 2023).

Essa realidade histórica é enfatizada por Vassalo e Cicalo (2015):

> [...] a área do Valongo teria recebido ao menos meio milhão de escravos entre fins do século XVIII — quando o desembarque de cativos africanos foi transferido da Praça XV para o Valongo — e 1831 — quando o tráfico negreiro transatlântico foi formalmente proibido. Para os pesquisadores, essa área do cais representa o maior porto negreiro das Américas e constitui um lugar emblemático da diáspora africana em nível internacional (Vassalo; Cicalo, 2015, p. 247).

Diante disso, torna-se evidente o papel da literatura na reparação histórica dos efeitos da escravidão no Brasil. Em “O crime do cais do Valongo”, Eliana Alves Cruz mescla ficção e história, alternando entre romance histórico e policial. Salvo a primeira nota citada no início do livro, os demais recortes reforçam a veracidade da narrativa (Cruz, 2018). Essa característica sugere que a autora não resgata o passado, mas propõe uma ressignificação, rompendo com a unilateralidade da narrativa oficial. Como afirma Le Goff (2013, p. 28): “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história.

Neste artigo, propõe-se analisar como a ancestralidade da personagem Muana Lomué e a representação do cais do Valongo contribuem para uma releitura do período escravocrata. A partir de uma perspectiva historiográfica e memorialística, busca-se compreender de que maneira a obra de Eliana Alves Cruz reinterpreta o passado para ressignificar a memória coletiva e evidenciar a resistência cultural afro-brasileira.

ENTRE O CAIS DA HISTÓRIA E O CAIS DA FICÇÃO: ATRACANDO NOVOS SENTIDOS

Eliana Alves Cruz, em sua empreitada de recontar a história unilateral da versão da branquitude, expõe em “O crime do cais do Valongo” (2018) peculiaridades que reforçam o valor histórico da obra, como os recortes de jornal que anunciam a fuga de escravizados, inserindo o leitor no limiar entre ficção e verdade. Logo no início, a autora apresenta um “anúncio” que dá o tom à narrativa: a morte de Bernardo Lourenço Viana, rico comerciante da região do Valongo, encontrado morto na rua detrás do hospício (Cruz, 2018).

A obra destaca-se pela capacidade de intercalar ficção e história, provocando uma reflexão profunda sobre o legado da escravidão. Ao abordar temas como racismo, identidade e resistência, Cruz convida o leitor a repensar a história oficial e valorizar as vozes silenciadas. Nesse contexto, a visão de Jacques Le Goff (2013) sobre a memória coletiva como um recurso fundamental para compreender e ressignificar o passado histórico oferece uma chave de leitura poderosa para a obra. A autora não apenas retrata a dor e a luta, mas também evoca a força e a resiliência de seus personagens, reafirmando a importância de preservar as histórias que resistem ao esquecimento.

Estruturalmente, a autora mantém um estilo próprio. Os capítulos sem numeração contribuem para que o leitor se “perca” na fluidez e não linearidade dos fatos narrados por Nuno e Muana em suas vivências. Essa escolha narrativa dialoga diretamente com as

reflexões de Paul Ricoeur (1994) sobre a fragmentação da memória e o papel da narrativa na construção do sentido do passado. Os narradores autodiegéticos, ao acessarem suas memórias de forma subjetiva e emocional, evidenciam como a narrativa literária articula temporalidades distintas, conectando histórias individuais a um panorama mais amplo de memória coletiva afro-brasileira.

Outro ponto digno de nota é a forma como a autora dá vida a personagens que, apesar de ficcionais, refletem as nuances e contradições de um tempo marcado por profundas desigualdades. A construção desses personagens permite ao leitor vislumbrar a complexidade das relações sociais do período. Os protagonistas não são meros clichês, pois denotam humanidade, com falhas e virtudes que os tornam críveis e empáticos.

De início, encontramos Nuno apresentando sua visão sobre o incidente ocorrido com o comerciante Bernardo Lourenço Viana. A vítima foi encontrada com o corpo brutalizado pelo intendente Paulo Fernandes Viana. Nuno antecipa ao leitor que a morte do rico comerciante lhe seria providencial, uma vez que, o aspirante a livreiro, lhe devia uma soma em dinheiro (Cruz, 2018). É nítido a diferença de olhares e perspectivas nas narrativas, pois, ainda no primeiro capítulo a autora nos apresenta Muana.

Muana, diferentemente de Nuno, narra a história com base em sua vivência e transporta o leitor para o ambiente que serve de cenário, “um depósito de gente… gente para a venda” (Cruz, 2018), o Valongo. A personagem é construída de modo a romper com certos paradigmas, dado que sabe ler e escrever (Silva, Zolin, 2023). Essa característica é o que permite a Muana transitar pelo mundo da branquitude, acessando informações que lhe possibilitam articular estratégias de resistência e ressignificar o lugar do sujeito negro em um contexto de opressão, demonstrando que o conhecimento é também uma forma de poder e subversão, pois subverte os estereótipos impostos a personagens negros no contexto da escravidão (Silva, Zolin, 2023). Muana não apenas conta a própria história; ela reivindica, por meio da palavra, o direito de existir e de desafiar as estruturas que tentam apagá-la.

Com Muana temos uma visão mais verossímil do que foi o cais do Valongo, um lugar que “não era nada bem visto” (Cruz, 2018). Pela visão da personagem entendemos o quão opressivo era o lugar. O Valongo, para os escravizados, ora era uma parada, ora era o fim da jornada. O Cemitério dos Pretos Novos, era para alguns, a consumação da jornada do tumbeiro, pois “Aquele pedaço de chão, o grande pedregulho separando o resto da cidade, seria tudo o que conheceriam desta terra.” (Cruz, 2018). Com Muana, mesmo que a autora tenha optado pela primeira pessoa, fica claro a preocupação em tornar a personagem uma voz plural, pois Muana, inclui em seu relato, além de vivências, observações sobre a experiência

de outros escravizados. Esses relatos secundários, ratificam a essência do que Eliana Alves Cruz propõe: expor a violência contra os escravizados pelo testemunho de uma mulher escravizada. De certa forma, a autora concede espaço para que uma personagem escravizada possa falar de dor, de trauma e violência com o lugar de fala que lhe foi negado.

Muana é a narradora mais profícua da obra. Seu relato se estende de si para o mundo. Ela entrega ao leitor sua visão do mundo da branquitude. Essas adições colaboram para que o leitor consiga desfragmentar o enredo e desvendar o mistério por trás do crime no cais. Muana chega mesmo a compartilhar detalhes que, a princípio, consideraríamos menores, mas que ajudam a antever a personalidade de cada personagem. “A visão do sangue na saia de Roza apavorou-me, pois sabia do que era capaz o senhor, principalmente em se tratando dela [...]” (Cruz, 2018, p. 40). Em poucas linhas, fica notório que o rico comerciante Bernardo Lourenço Viana representava todos os privilégios e desmandos da branquitude da época.

A personagem Muana Lomué representa uma ponte entre os tempos, conectando suas raízes africanas ao cenário contemporâneo do cais do Valongo. Nesse sentido, ela ilustra a ideia de Paul Ricoeur (1994) de que as narrativas têm o poder de articular temporalidades discrepantes, conferindo unicidade e sentido às experiências humanas. Sua trajetória incorpora elementos de resistência cultural e espiritualidade, que carregam a ancestralidade para além das fronteiras do presente.

Nuno concentra boa parte de sua narrativa nos próprios interesses. Como um protótipo de investigador, o personagem tenta criar uma teia onde possa manipular as informações para antecipar a suspeita que recaiu sobre ele (Cruz, 2018). Nota-se um certo egocentrismo, não que relatar as memórias não seja um exercício de exaltação da própria individualidade, mas porque seu relato concentra-se na superfície da memória.

> Sou uma boa pessoa. Podem acreditar nisso! Herdei esta propriedade em que resido e estou só neste mundo. Solto como uma nau maravilhosamente sem rumo no oceano. Meu pai estudou para padre, e todos sabem que ninguém sabe mais do que os padres. Desta forma, aprendi com ele todas as luzes de letras deste mundo (Cruz, 2018, p. 34)

Há a predominância da primeira pessoa e o personagem, diferentemente de Muana, não aprofunda sua descrição aos seus traços ancestrais, abstrai-se do passado num apego ao presente e nos seus anseios futuros de tornar-se um livreiro, uma espécie de agitador cultural, e o desejo de adquirir a alforria de Tereza. Nesse ponto da narrativa, Nuno vive alienado ao drama de quem não teve a mesma sorte que ele de possuir uma pele mais clara (Cruz, 2018).

A entrada de Mr. Toole, inglês que com a justificativa de dar aulas se aproxima de Muana, na narrativa contribui para que Muana acione os ecos da ancestralidade nas suas rememorações, bem como exponha as atrocidades cometidas contra outros escravizados. Deste ponto da narrativa, as reminiscências emergem, pois, além de obter um momentâneo e raro lugar de fala, Muana e Mr. Toole acionam e ocupam um lugar de escuta, pois "é uma forma de visitar outra vez aqueles lugares [...] da memória saudosa" (Cruz, 2018, p. 43). Como afirma Pollak (1992),

> [...] na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças [...] (Pollak, 1992, p. 201)

Observamos Muana começar esse processo de retorno aos "marcos de sua lembrança" a partir da sua identificação. É, pois, pertinente, uma vez que, como parte do processo desumanizador de escravizar, coisificar ou renomear era comum, logo generalizar para domesticar (Santos, 2015). Muana "conserva" o nome e suas raízes. Embora compreendamos que, no caso específico de uma rememoração de um africano escravizado, sublimar eventos doloridos seria sublimar toda a vida. A personagem, nos diálogos com o personagem inglês, utiliza o trauma como um sentido para existir e honrar a memória dos ancestrais.

Ao evocar suas lembranças, a personagem experimenta a jornada do insílio, uma diáspora memorial, um retorno a si, revisitando sua terra com as paisagens naturais e humanas. Tal sensação é vivenciada como resultado da forçosa travessia do Atlântico com a consciência da saudade, da perda da identidade, cultura, família, da noção de pertencimento (Illanéz, 2006).

O insílio, a fuga de si para si, ficará evidente ao final da obra quando a autora surpreende o leitor revelando a jornada de Muana em seu relato memorialístico. Experimentar o insílio parte da premissa de que se quer fugir, mas porque se reconhece ser estrangeiro habitando forçadamente um espaço que não lhe natural (Can, 2020). Partindo desse pressuposto, ao reencontrar suas memórias, Muana experimenta um distanciamento da realidade cruel que vivia acessando uma dimensão transcendental (Moreira, 2023).

Como se pode observar, a reapropriação ou a revisitação aos lugares da memória se faz a partir de um trauma. Lembrar significa então, não apenas dar voz às memórias, mas

sentir novamente a dor. Os momentos de interlúdio com Mr. Toole são uma mescla de refúgio e tortura. Em suma, reviver as memórias é reviver o trauma, ainda que isso também tenha sido negado às pessoas escravizadas. Pois, de acordo com Silva e Zolin (2023):

> "A tragédia dos seres humanos escravizados era dupla. Além da terra natal, perdiam também a liberdade; eram arbitrariamente obrigados a aprender a se comunicar numa língua que não era a sua, separados de seus entes queridos, forçados a trabalhar até a mais absoluta exaustão, sofrendo com açoite e torturas inimagináveis por razões diversas e injustificáveis. Comiam mal, descansavam pouco, sendo constantemente assombrados pelo pesadelo da viagem que os afastara para sempre de casa" (Silva, Zolin, 2023, p. 116).

Nesse contexto, as lembranças de Muana sobre as tradições de seu povo, sua vida antes da captura e venda, a fuga da família e seu amor (Cruz, 2018) emergem como uma tentativa de recuperar uma identidade dilacerada. A mudança no foco é intencional. Ao sobrepor a trama inicial, Eliana Alves Cruz rompe com a unilateralidade do discurso histórico desgastado ao contemplar o processo escravocrata na visão das vítimas, criando uma esfera de protagonismo para quem não figurou em primeiro plano na história. Esse fato ganha ainda mais relevância, porque a autora construiu uma personagem que narra, desconstruindo-a dos padrões da época, o que fortalece a ideia de que o cais soterrado representa também o apagamento e o consequente silenciamento do povo negro. Logo,

> O fato de Muana, protagonista do romance, também ser escritora, já que documenta em seus cadernos episódios de sua vida como escrava no Brasil, além de falar sobre seu passado de liberdade em Moçambique, remete à importância de que todos possam ocupar e exercer o seu lugar de fala, de contar uma história sob a ótica dos legitimados pela experiência ou pela herança daquilo que estão contando. Além disso, reforça o papel da literatura como instrumento de resgate e preservação da memória. A escrita, aqui, é um ato de contestação e resistência, é um abrir de espaço por meio das palavras, e finalmente ocupar um lugar no mundo que sempre foi negado aos grupos historicamente marginalizados. É por meio da escrita que Muana diz ao mundo quem é e documenta essa identidade. (Silva, Zolin, 2023, p. 120).

Nas idas e vindas das memórias de Muana, voltamos ao enredo-base, onde outros conflitos se desenrolam. Essa dinâmica de alternância entre vozes e tempos reforça a complexidade da narrativa, especialmente na relação entre memória e presente. Nuno, por sua vez, segue uma coerente linearidade, pois é através do seu relato que nos inteiramos sobre os desdobramentos da investigação do assassinato de Bernardo Lourenço Viana. Enquanto Muana reivindica sua identidade por meio da escrita, Nuno constrói sua narrativa na tentativa de desviar o foco de suspeição sobre si. Ao longo do texto, torna-se evidente como Eliana

Alves Cruz conduz o leitor pelas tramas entrelaçadas, revelando não apenas as tensões da investigação, mas também suas reais intenções (Cruz, 2018).

Ao nos apresentar Roza, percebemos um outro traço recorrente na narrativa: leves nuances de um realismo mágico. Aqui, o termo "leve" é utilizado porque, para atingir seu propósito final, Eliana Alves Cruz não aprofunda os detalhes, todavia é demonstrado que o caldeirão de Roza e a colcha de Marianno têm um quê de maravilhoso a complementar o relato fantástico das memórias de Muana. Roza e Marianno representam outra ruptura no padrão esperado para personagens escravizados. Com Roza, temos um retrato da violência sexual sofrida pelas mulheres negras escravizadas. Seus corpos públicos e desumanizados eram de constante usufruto pelos senhores brancos. Com Marianno, a autora aciona outra particularidade, pois o personagem é descrito como alguém de "beleza feminina [...] e modos delicados [...]. Marianno é um chimbando" (Cruz, 2018, p. 66). Aqui a autora, ousadamente, quebra a expectativa de construir um personagem negro hipersexualizado que atenda ao paradigma da heteronormatividade.

À medida que os fatos vão sendo descortinados, Nuno se revela um pouco mais empático com a situação de seus irmãos. Sabe-se que, por ter ascendência mista, ele não era lido socialmente como negro, o que lhe permitia transitar pelos espaços da branquitude ao tempo que ficava alheio aos problemas dos negros escravizados. Para corroborar o lapso de consciência de Nuno, a autora cita alguns fatos históricos, não apenas a título de informação, mas como via de provocação.

> Muitos cativos pediam a graça real, mas eu sabia que tanto Paulo Fernandes quanto os outros funcionários públicos desaconselhavam o rei a se meter na relação entre eles e seus senhores. Escravo era compra, compra vale dinheiro e o que se compra com dinheiro é propriedade. Mexer na propriedade das famílias é cousa que o rei não fará jamais, a menos que fossem alvos de sevícias comprovadas ou estivessem com a liberdade nos testamentos dos donos mortos (Cruz, 2018, p. 75).

Apesar dessa tomada de consciência, Nuno não demonstra engajamento, mesmo que apresente um tom mais indignado e revolto, de quem pensa a escravidão humanizando os sujeitos negros, ele ainda se cala, porque compreende que se manifestar oposição, terá seus poucos e relativos privilégios negados. Pelo trecho citado fica claro que, para manutenção dos privilégios da branquitude, a ordem instaurada deveria ser perpetuada. Liberdade não era um bem, era sinônimo de prejuízo e, para não comprometer a receita dos senhores brancos, nem mesmo as instâncias governamentais ousariam se opor (Cruz, 2018).

Em termos de alheamento, Nuno ignora os traços culturais ancestrais. “Eu sabia quem era Exu! Tereza Nagô me instruía sobre estes assuntos” (Cruz, 2018, p. 78). A autora amplifica a reflexão ao pormenorizar os preconceitos. Não se resumia a coisificar e escravizar, mas também em um aniquilamento identitário-cultural de traços africanos que, claramente destoavam do padrão considerado superior.

A adição de outros personagens secundários fornece informações relevantes para que o leitor compreenda os fatos que culminaram com a morte de Bernardo Lourenço Viana, que continua sublimada frente à apresentação do relato de Muana. Tal importância é revelada, visto que se compreende que o narrar da personagem é mais uma mostra da patente ruptura engendrada pela autora ao afirmar que

> Aprendi a ler e escrever por causa do Umpulla. Eu não achava que deveria, mas hoje vejo que é muito útil, embora só pudesse fazer isso escondido. Eu continuava achando estranho tanto interesse do inglês. [...] Fez-me bem falar. Estava farta de esconder, de calar, de esquecer. Ofereci um chá e sequilhos feitos por mim, e ele, fingindo esquecimento, deixou os tinteiros e os papéis comigo. A cada dia traz mais e dei graças, pois já estava se tornando perigoso furtar papéis do senhor. Graças a isso posso deixar estas lembranças (Cruz, 2018, p. 81).

Sequestrada de sua terra, de sua gente, da sua cultura e do amor de Umpulla, a apropriação que Muana faz da leitura e da escrita, mais que estratégia de sobrevivência é um ato de rebeldia, uma vingança velada contra quem acredita ser superior pelo privilégio da cor. Essa superioridade não é apenas revelada do lado de cá do hemisfério. Por meio do relato de Muana, entendemos que, ela e muitos outros africanos, experienciaram o jugo da escravidão mesmo antes da travessia pelo atlântico (Cruz, 2018).

Quando Muana Lomué se volta para os detalhes de sua infância, é-nos apresentado uma nova forma de resistência. A tentativa de fuga de sua família é mais que autopreservação e sobrevivência. Sua mãe, ainda que de maneira discreta, tentava sobreviver e preservar, em silêncio, suas crenças originais. Fato que, notadamente, influenciou a construção da personagem que valoriza suas heranças culturais, já que “Se calou, mas não deixou de cultuar suas crenças secretamente. [...] Uma mulher do meu povoado jamais poderia deixar seus antepassados de lado. Eles eram parte dela mesma” (Cruz, 2018, p. 99).

Ao nos aproximarmos do desfecho, outra peculiaridade na escrita de Eliana Alves Cruz destaca-se, a “conclusão” ou as “conclusões”. Essa sutileza, provavelmente se deve ao fato de que tendo dois narradores entrelaçados em três tramas paralelamente perpendiculares, seria necessário dar a cada lacuna o seu devido preenchimento. O leitor conhece o mistério por trás do assassinato do comerciante, sem, contudo, ansiar por um desfecho. Nuno escapa,

relativamente ileso. Muana vivencia uma nova travessia, dessa vez sem tumbeiros. As leves nuances mágicas, mencionadas anteriormente, reaparecem para revelar que a personagem atravessa o plano sensível e era "levada pelo [seu] cortejo do outro mundo, em espírito" (Cruz, 2018, p. 175).

Nuno, como guardião das memórias de Muana, encerra a narrativa dando-se conta dos privilégios que detinha por não experimentar os dissabores da escravidão.

> Eu, o egocêntrico Nuno Alcântara Moutinho, sabia o que eram os olhares tortos, os risos às costas, as ofensas atiradas em rosto e oportunidades perdidas, mas não fazia ideia do que poderia ser ter que dar contas a outro alguém incluso para ir até ao urinol aliviar-se. Não me passava pela cabeça o que deveria ser ter que sair todos os dias, com chuva, sol, tempestade ou lama; doente, são, com dores ou não; alegre, triste ou profundamente desencantado do mundo para vender e ter que entregar quase a totalidade dos meus ganhos a outrem que não saiu da cadeira de balanço de sua sala. Também não saberia dizer o que é ser "dado de presente", como Tereza o fora por ocasião do casamento de sua senhora (Cruz, 2018, p. 181).

A narrativa se encerra dando um fechamento para cada um dos personagens. Com a hospedaria vendida, Roza trabalhando em um hotel e Marianno de regresso à sua terra, Muana encontra-se sozinha com suas recordações (Cruz, 2018). Suas memórias vívidas e "vivas" a levaram, ou melhor, ela as guiou a um cais de retorno, de reparação, metaforicamente falando.

> Olhei para o antigo píer e os vi. Muana e um jovem altíssimo e belíssimo, certamente era o seu amor Umpulla… Eles conduziam uma multidão que parecia fugir de assassinos, desesperada por socorro e que tomava todo o espaço do cais para sumir no ar, como água evaporada no mormaço, como seres etéreos que sublimam e partem. Milhares de homens, mulheres, crianças (Cruz, 2018, p. 192).

Desse ponto em diante, o leitor é encaminhado, em meio a diversos entrelaçamentos para a surpreendente solução do mistério. Entendemos que, de maneira proposital, Eliana Alves Cruz "engavetou" metaforicamente a assassinato de Bernardo Lourenço Viana, para "desenterrar", tal qual o cais desenterrado e patrimonializado, o verdadeiro crime, punível embora os agressores continuem impunes, pois não existe mea culpa que apague os crimes de escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de "O crime do cais do Valongo" (2018) revela uma possibilidade de recortes de pesquisa. Propor uma análise literária pelo viés histórico implica, obrigatoriamente, na reinterpretação dos fatos. O cais não se torna um lugar de memória apenas porque foi

patrimonializado, mas sim porque, tal qual Eliana Alves Cruz o fez, nos apropriamos dele enquanto um lugar de lembranças compartilhadas por um povo (Pollak, 1992).

O Cais do Valongo não é apenas um espaço físico, mas um símbolo de memória coletiva, carregado de histórias de sofrimento e resistência. Como sugere Paul Ricoeur (2007), a memória atua como força integradora, um elo essencial entre o passado e o presente, reconstituindo experiências históricas por meio de narrativas que conferem significado ao tempo vivido. Na obra, o Cais emerge como um lugar onde as vozes silenciadas dos escravizados se encontram com os debates contemporâneos sobre identidade e reparação histórica.

O cais foi patrimonializado, enquanto marco histórico, mas o não reconhecimento da nossa ancestralidade suprime o patrimônio da memória, uma vez que "A necessidade de memória é uma necessidade da história" (Nora, 1993, p. 14). O lugar só se torna um "formador de memória", à medida que reconstruímos a memória com base numa narrativa que seja partilhada por todos os personagens envolvidos (Nora, 1993). Talvez por isso a autora tenha, propositadamente, apagado o crime no cais. O romance se inicia a falar de um crime cometido contra uma pessoa branca e, paulatinamente, o leitor é levado a encarar o verdadeiro crime cometido no Valongo arquitetado há séculos pela branquitude, a exploração e o genocídio do povo negro. "Levarão algumas eras para que seja pago" (Cruz, 2018).

A ambientação no cais do Valongo, principal porto de entrada de escravizados nas Américas, carrega um peso simbólico que transcende a narrativa policial. É nesse ponto que a autora consegue problematizar o passado colonial brasileiro, ao mesmo tempo em que lança luz sobre questões sociais de extrema relevância, como o impacto da escravidão na formação do Brasil e dos seus preconceitos latentes.

O romance "O Crime do Cais do Valongo" (2018) utiliza com maestria um cenário histórico para narrar um enredo que cativa tanto pela sua profundidade quanto pela complexidade dos personagens. A obra não apenas envolve o leitor em um mistério instigante, mas também abre uma janela para um período histórico crucial para compreender o Brasil do século XIX. Em outras palavras, Eliana Alves Cruz dimensiona a história de forma alternativa, recontando um passado inaudito e elucidando um presente carregado dos vestígios da escravidão (Rebelo, 2022, p. 5, *apud* Moreira, 2023). Transparece, assim, um anseio de trazer à ribalta uma pauta que não esteja na agenda das narrativas brancocentradas.

A narrativa vai além da ficção ao mergulhar na historiografia do período, sendo evidente o rigor da pesquisa histórica realizada pela autora. As descrições e a recriação de um espaço urbano carregado de desigualdades fazem com que o leitor seja transportado para o

contexto da época e assim, parafraseando Nora (1993), um lugar de história se torna um lugar de memória. Contudo, é importante ressaltar que a autora não se prende ao didatismo, mas utiliza o contexto histórico, visto pelo viés dos africanos escravizados, como ferramenta para a conscientização, pois o passado se conecta ao presente e exige constante ressignificação (Benjamin, 1994).

É imprescindível que entendamos que, "O Crime do Cais do Valongo" não é apenas um romance histórico-policial. A obra se apresenta como um convite à reflexão sobre a persistência de desigualdades raciais estruturadas desde o período colonial. É uma obra que dialoga com o passado para questionar o presente, mostrando que a literatura pode ser tanto uma experiência de fruição quanto um meio de questionar e entender o racismo estruturado, por vezes velado, mas sempre presente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história.* In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

CAN, Nazir Ahmed. **O campo literário moçambicano: tradução do espaço e formas de insílio**. Kapulana, 2020.

CARNEIRO, Sandra de Sá; PINHEIRO, Márcia Leitão. Cais do Valongo (RJ): Apropriações, memórias e celebrações. **Sociologia & Antropologia**, v. 12, n. 3, p. e210015, 2022.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FABRE, Daniel et al. (Ed.). **Les monuments sont habités**. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2015.

ILLÁNEZ, Chango. Exilio y insilio: una mirada sobre San Juan, su universidad y las herencias del processo. **Revista la universidad, nº19. Disponível em: http://www. revista. unsj. edu. ar/numero19/exilio. htm**, 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MOREIRA, Caio Ricardo Bona. OS FIGURANTES, ESSES PROTAGONISTAS: OU OS ESCOMBROS DA EXPERIÊNCIA DIASPÓRICA EM O CRIME DO CAIS DO VALONGO, DE ELIANA ALVES CRUZ.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Claudia Berliner. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994. v. 1.
——— **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. **Brasília: INCTI/UnB**, p. 89, 2015.

SILVA, Bruno Henrique Souza; ZOLIN, Lucia Osana. Exílio, escravidão e representatividade: uma análise de O crime do cais do valongo. **Revista Leitura**, v. 1, n. 79, p. 113-122, 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Imprensa Beacon, 2015.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 239-271, 2015.